

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

PROCESSO SELETIVO

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Nível III

Área de Atuação 23

CONTABILIDADE PÚBLICA

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Aplicação: 15/11/2008

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique o nível, o número e o nome de sua área de atuação transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **18/11/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **19 e 20/11/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **9/12/2008** – Resultado final das provas objetivas, convocação para a avaliação curricular de títulos e experiência profissional e convocação para perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **10 e 11/12/2008** – Entrega da documentação para a avaliação curricular de títulos e experiência profissional: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2 - MS – PS, de 9/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à administração financeira pública, julgue os itens a seguir.

- 51** Teoricamente, a situação mais adequada do ponto de vista da administração financeira de um ente público é aquela em que, ao final do exercício, as receitas orçamentárias tenham coberto as despesas orçamentárias, e o *deficit* de capital tenha sido financiado pelo *superavit* corrente.
- 52** As sociedades de economia mista e as empresas públicas são estruturas descentralizadas de atuação do Estado, com vistas, entre outros aspectos, a aumentar a flexibilidade e melhorar a eficiência. A primeira sempre se estrutura como sociedade comercial; a segunda pode ter natureza comercial ou civil.
- 53** Quando se afirma que, no cálculo do *superavit* primário, excluem-se os juros da dívida, quer-se dizer que estão sendo considerados, no cômputo das despesas atuais, os efeitos que os *deficits* anteriores provocaram nas contas públicas.
- 54** Em épocas de recessão, a teoria econômica recomenda a adoção de medidas fiscais anticíclicas como o aumento dos gastos públicos e(ou) a redução dos tributos. Entre os que preferem a segunda opção, um dos argumentos utilizados é o de que seu impacto é mais setorial, ao contrário da primeira, que tende a afetar o conjunto da economia.

Com base nas normas e nas práticas da contabilidade e da auditoria adotadas no setor público no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- 55** Dentro da lógica do SIAFI, o sistema financeiro foi escolhido como base para os demais registros. A razão alegada é que, com a utilização da conta única como conta bancária, evita-se que algum pagamento seja feito sem registro na contabilidade.
- 56** O inventário é essencial para a apuração de quebras, extravios, deteriorações e desvios, além de possibilitar a verificação de omissões e duplicidades na escrituração.
- 57** No balanço financeiro, as interferências, por representarem movimentações financeiras entre órgãos e entidades de diferentes esferas de governo, devem ter os mesmos valores no consolidado de cada ente.
- 58** Se, em determinado período, cujo total das receitas e despesas tenha sido orçado em R\$ 800.000,00, a despesa realizada atingir R\$ 770.000,00, dos quais apenas R\$ 750.000,00 foram pagos, e a receita arrecadada alcançar R\$ 820.000,00, será correto afirmar que houve um *superavit* de R\$ 70.000,00, na execução orçamentária.
- 59** Quando o auditor não obtiver elementos comprobatórios suficientes e adequados sobre a regularidade da gestão, não podendo formar opinião, essa ficará sobrestada, e o auditado terá prazo para o cumprimento de diligência.
- 60** Quando o auditor optar pelo envio de um pedido de confirmação negativo, espera-se resposta do destinatário somente se ele não concordar com os valores colocados no pedido de confirmação.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens.

- 61** Integram a lei orçamentária e suas alterações não apenas a concessão de empréstimos e financiamentos, mas também os refinanciamentos e respectivas prorrogações.
- 62** Caso a arrecadação de um tributo incidente sobre as vendas de um determinado produto alcance R\$ 50.000 mil em determinado exercício, e, para o exercício seguinte estejam previstos inflação de 5% e crescimento de 3% do PIB (com crescimento proporcional das vendas do setor), será correto estimar uma arrecadação de R\$ 54.000 mil com o referido tributo.
- 63** Se a criação de um novo programa pelo governo o obrigar a realizar investimentos adicionais, em cada um dos próximos dois exercícios, de R\$ 100 milhões, e se o aumento esperado da arrecadação com o crescimento do PIB for suficiente para cobrir esses dispêndios, as exigências concernentes às despesas obrigatórias de caráter continuado serão atendidas.
- 64** Considerando que um ente público tenha contratado operação de crédito por antecipação de receita (ARO), que não requer prévia e expressa autorização orçamentária, caso, no mês de dezembro, não se tenha realizado a arrecadação prevista, o ente em questão, coerentemente com a legislação, poderá quitar parte do débito mediante contratação de nova operação do gênero, a ser quitada até o final do exercício subseqüente, com a recuperação esperada da arrecadação.

Quanto ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 65** A inclusão da reserva de contingência no orçamento visa, entre outras finalidades, assegurar o atendimento ao princípio do equilíbrio.
- 66** As despesas destinadas à saúde, constantes do orçamento da seguridade social, não poderão ter caráter discriminatório, não constituindo, assim, instrumento adequado para levar em conta desigualdades baseadas em critérios tais como gênero, raça ou etnia.
- 67** O Congresso Nacional pode reestimar as receitas orçamentárias previstas no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo, destinando os valores correspondentes para a reserva de recursos, que poderão ser utilizados para o acolhimento de emendas de apropriação.
- 68** Supondo que determinada despesa tenha sido empenhada no exercício e não tenha sido liquidada até de dezembro, que o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo prestador de serviços contratado pela administração esteja vencido, e que o serviço provavelmente não terá maior interesse para a administração, deve-se proceder à inscrição da despesa em restos a pagar, ainda que remota a possibilidade de o serviço vir a ser realizado.
- 69** Na classificação da receita, as contribuições sociais constituem receita tributária e a alienação de bens imóveis, receita patrimonial.
- 70** As receitas vinculadas, mesmo que não utilizadas durante o exercício, não poderão destinar-se a outra finalidade que não o objeto de sua vinculação, mesmo que continuem sem destinação nos exercícios subseqüentes.

No que concerne aos instrumentos de planejamento, julgue os itens que se seguem.

- 71** A lei orçamentária anual (LOA) não pode mais autorizar a abertura de créditos suplementares durante o exercício financeiro de execução do respectivo orçamento, pois a Constituição Federal de 1988 (CF) vedou a abertura de créditos suplementares sem prévia autorização legislativa.
- 72** Entre os critérios adotados no PPAQ de 2008/2011 para caracterizar os projetos como prioritários destacam-se os que apresentam maiores atrasos em sua execução e aqueles que não precisem ser concluídos no período plurianual.
- 73** O pleito por aumento da gratificação de uma determinada categoria de servidores em 2008 não pôde ser atendido porque o MPOG, respaldado na CF, alegou não haver dotação orçamentária que comportasse o referido acréscimo, além de a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) aprovada em 2007 não ter incluído autorização específica.
- 74** O refinanciamento da dívida pública federal consta do orçamento fiscal, pelo mesmo valor, tanto na estimativa da receita como na fixação da despesa. Este tratamento é compatível com o princípio orçamentário da universalidade.
- 75** A LDO para 2008 autorizou a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do SIAFI até o final de janeiro de 2009, para fins de apuração do resultado.

Com relação à Lei n.º 4.320/1964, à execução do orçamento e ao controle de sua execução, julgue os itens a seguir.

- 76** As operações de crédito por antecipação de receita, autorizadas durante o exercício, constituem recursos para fins de abertura de créditos suplementares.
- 77** No estabelecimento da programação da despesa orçamentária, devem-se levar em conta não apenas os recursos provenientes dos créditos orçamentários e adicionais, mas também os recebidos por conta de operações extra-orçamentárias.
- 78** A eclosão da crise financeira deve afetar as discussões sobre a proposta orçamentária em tramitação no Congresso Nacional. Se a receita estiver superestimada, uma das possíveis conseqüências será a necessidade de complementar receita com a aprovação e abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2009, por impossibilidade de cancelamento de dotações.
- 79** Supondo que, pouco antes do encerramento do exercício, a receita arrecadada (já com a estimativa final) seja de R\$ 6.000.000,00; a despesa empenhada e liquidada, R\$ 5.500.000,00, dos quais R\$ 5.000.000,00 serão pagos até o final do exercício; R\$ 500.000,00 em dotações devem ser cancelados; e que o orçamento fora aprovado nos montantes iniciais de R\$ 5.500.000,00, seria possível, ainda, abrir um crédito especial de até R\$ 1.500.000,00.
- 80** A expressão “controle da execução orçamentária”, adotada pela Lei n.º 4.320/1964, foi gradativamente ampliando sua abrangência e incorporando novos conceitos, como, por exemplo, o da economicidade, associado ao aumento da produção utilizando os mesmos recursos e mantendo ou melhorando o nível de qualidade.

Acerca do controle externo da gestão pública, julgue os seguintes itens.

- 81** A fiscalização patrimonial e operacional dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, em cada esfera da Federação, será exercida pelo respectivo Poder Legislativo e pelo sistema de controle externo de cada poder.
- 82** Uma inovação importante da CF em matéria de controle foi a responsabilização solidária dos responsáveis pelo controle interno quando, ao tomarem conhecimento de uma irregularidade ou ilegalidade, não a levarem ao conhecimento do Tribunal de Contas da União (TCU), naquilo que for pertinente à fiscalização a cargo desse tribunal.
- 83** O controle externo compreende múltiplas funções, entre elas a de consulta, no caso do parecer prévio sobre as contas dos dirigentes dos poderes, e a de ouvidor, ao acolher denúncias de quaisquer cidadãos e de entidades da sociedade civil.
- 84** Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para os municípios estão sujeitos à fiscalização do TCU somente naqueles casos em que o município não tiver tribunal ou conselho de contas ou o tribunal de contas do estado não for o responsável por essa fiscalização.
- 85** Se o responsável pelas contas de um órgão sonegar informações ou documentos à fiscalização do TCU, inviabilizando o julgamento, as contas serão consideradas ilíquidas, e o tribunal ordenará o seu trancamento até a obtenção dos esclarecimentos necessários à instrução e conclusão do processo.

Em relação à contabilidade pública, julgue os seguintes itens.

- 86** Não figuram entre os bens que devem ser registrados na contabilidade patrimonial por meio de registros sintéticos os bens móveis e imóveis da administração pública.
- 87** São chamados de sub-repasses os instrumentos de liberação de recursos orçamentários utilizados pelos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras.
- 88** Entre as funções do balanço orçamentário está a de demonstrar, se for o caso, a insuficiência de arrecadação, definida como a diferença a menor entre a receita arrecadada e a despesa realizada.
- 89** A utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, também denominado cartão corporativo, destina-se à aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos, sendo vedada sua utilização como forma de pagamento de outras despesas, ainda que autorizada por autoridade competente.
- 90** Os bens do almoxarifado devem ser avaliados de acordo com o cálculo obtido pela divisão entre o custo total dos bens em estoque e o número de unidades existentes.

Com referência aos conceitos e aplicações atinentes à licitação pública e com fundamento na legislação pertinente à matéria, julgue os seguintes itens.

- 91** Ao ser constatado o descumprimento, por parte de um órgão público federal, da legislação atinente aos contratos, cabe ao TCU determinar, imediatamente, a suspensão de contrato já assinado e publicado e comunicar o fato ao Congresso Nacional, ao qual caberá sancionar ou não a decisão do tribunal.
- 92** Na dispensa de licitação, há possibilidade de ampliação dos casos previstos em lei, facultando-se à administração agir com discricionariedade, ao passo que, na inexigibilidade de licitação, a possibilidade de ampliação é nula, sendo inviável a competição.
- 93** O pregão, modalidade de licitação aplicável à aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, é realizado em sessão pública, durante a qual os interessados apresentam suas propostas, por meio de lances, e o vencedor é aquele cuja oferta tenha sido a de menor valor.
- 94** Entre as vantagens das compras eletrônicas realizadas pelos governos, destacam-se a redução de custos, a ampliação de acesso aos interessados e o aumento da competição, além da melhoria da transparência do processo.

Com relação a convênio, instrumento apropriado para a realização de atividades que a administração pública pretenda descentralizar, julgue os itens a seguir.

- 95** Os entes públicos, além da manutenção de controles específicos para os recursos que lhes forem transferidos, não poderão agregar aos seus orçamentos as receitas correspondentes aos convênios que firmarem com outros órgãos e entidades.
- 96** Quando um convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, nos termos da legislação específica, as informações sobre a licença ambiental prévia devem constar do plano de trabalho submetido pelo proponente ao órgão ou entidade responsável pelo respectivo programa.

Julgue os próximos itens, que dizem respeito ao que dispõe a Emenda Constitucional n.º 29/2000.

- 97** A aplicação de um piso das receitas estaduais e municipais em ações e serviços públicos de saúde constitui obrigação dessas esferas de governo, ensejando o descumprimento dessa obrigação a intervenção da União tanto nos estados como em município de qualquer estado.
- 98** A União pode reter parcelas dos fundos de participação dos estados e dos municípios quando estes não aplicarem percentuais definidos e calculados sobre os seus impostos, partilhas e transferências em ações e serviços públicos de saúde.
- 99** Os recursos estaduais, municipais e do Distrito Federal (DF) destinados às ações e serviços públicos de saúde, incluídos os transferidos pela União, devem ser aplicados por meio de fundo de saúde e estão sujeitos à fiscalização tanto de conselho de saúde como de órgãos de controle interno e externo.
- 100** Atualmente, a União é obrigada a aplicar, a cada exercício, em ações e serviços públicos de saúde, o valor liquidado no exercício anterior, acrescido da variação da arrecadação tributária federal apurada em períodos correspondentes aos dois anos-calendário anteriores.

Em relação à licitação pública, julgue os itens a seguir.

- 101** Uma empresa brasileira com sede em São Paulo que importa microcomputadores portáteis de Taiwan não pode participar de licitações na modalidade de pregão, pelo menos no que diz respeito aos microcomputadores importados.
- 102** A realização e a disseminação de compras governamentais em meio eletrônico reduzem custos, aumentam a competição e agilizam o processo licitatório das contratações feitas pela administração pública.
- 103** Nos contratos celebrados com a administração pública, deve constar, necessariamente, cláusula que declare competente o foro da sede do órgão público contratante, salvo no caso de contratos com pessoas jurídicas domiciliadas no estrangeiro, cujo foro deve ser decidido por acordo entre as partes.
- 104** Considere que um órgão público tenha contratado especialista de renome para encontrar, descrever e corrigir as vulnerabilidades de sua rede de comunicação interna quando conectada à Internet. Nessa situação, é obrigação do órgão público contratante fornecer os meios físicos nos quais serão gravados os programas eventualmente desenvolvidos pelo contratado.

No referente aos convênios entre a União e outros entes, julgue os itens seguintes.

- 105** Convênios não são contratos para prestação de serviços, mas uma convergência de objetivos entre órgãos ou entes distintos, que resolvem contribuir cada qual com as suas possibilidades.
- 106** Um município afetado por bolsão de pobreza regularmente identificado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pode solicitar e obter uma redução dos limites de contrapartida na realização de transferências voluntárias da União.

Com relação à Emenda Constitucional n.º 29, julgue os itens que se seguem.

- 107** O percentual de recursos públicos que deve ser aplicado pela União em ações e serviços de saúde não está definido na CF.
- 108** Sabe-se que a União deve reservar pelo menos quinze por cento dos recursos destinados à saúde para a aplicação nos municípios. Dessa parcela, um município com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) deve receber mais recursos que outro, de mesma população, mas com IDH mais alto.
- 109** Devem ser classificadas como ações na área de saúde e, portanto, incluídas no limite mínimo constitucional as despesas de capital, como as destinadas à construção de hospitais e postos de saúde, e também as despesas correntes, como pagamento do salário de médicos e enfermeiros.
- 110** Tendo em vista que o DF arrecada impostos pertencentes tanto aos estados como aos municípios, o percentual que ele deve aplicar na saúde é o que for o maior dos dois, ou seja, quinze por cento da receita tributária total.

Uma equipe de técnicos foi destacada para inventariar uma empresa, e 6 técnicos dessa equipe, em 9 horas de trabalho, cumpriram 48% da tarefa. Supondo que os técnicos dessa equipe trabalhem sempre com a mesma eficiência, julgue os itens a seguir.

- 111** Três desses técnicos, em 6 horas de trabalho, concluiriam 18% do trabalho.
- 112** Sete desses técnicos concluiriam 63% do inventário em menos de 11 horas.
- 113** Nove técnicos dessa equipe concluiriam 36% do trabalho em 4 horas e meia.

Um empréstimo, no valor de R\$ 1.500,00, foi contratado junto a um banco. Acerca desse empréstimo, julgue os itens seguintes, considerando 1,426 e 1,0332 como valores aproximados de $1,03^{12}$ e $1,48^{\frac{1}{12}}$, respectivamente, e que a capitalização é mensal, a juros compostos.

- 114** Se a taxa de juros nominal, anual, praticada pelo banco for de 36%, então, um ano após a tomada do empréstimo, o montante da dívida será superior a R\$ 2.200,00.
- 115** Se, um ano após a tomada do empréstimo, o montante da dívida for de R\$ 2.220,00, então a taxa de juros nominal, anual, praticada pelo banco será inferior a 36%.

Um indivíduo deixou R\$ 5.000,00 investidos em uma instituição financeira durante determinado período de tempo em que a taxa de inflação foi de 15%. Se o montante do capital investido, ao final do período, foi de R\$ 6.440,00, então, nesse período,

- 116** a taxa real de juros foi inferior à taxa de inflação.
- 117** a taxa aparente de juros foi superior a 30%.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética acerca de pagamentos de prestações e empréstimos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 118** Uma loja oferece duas opções de pagamento na compra de um forno de microondas no valor de R\$ 363,00:
- I pagamento em uma única vez, um mês após a compra;
 - II pagamento em 3 prestações mensais, iguais e consecutivas, pagando-se a primeira no ato da compra.
- Nessa situação, se a taxa de juros compostos cobrados pela loja é de 10% ao mês, então a melhor opção para o cliente é a II.
- 119** Um automóvel usado é vendido à vista por R\$ 12.000,00, mas pode ser vendido também a prazo, em 8 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a compra, sujeitando-se o comprador à taxa de juros compostos do financiamento de 5% ao mês. Nessa situação, considerando 0,68 como valor aproximado de $1,05^{-8}$, é correto afirmar que o valor da prestação é superior a R\$ 1.870,00.
- 120** Um empréstimo no valor de R\$ 40.000,00 deverá ser quitado em 5 prestações anuais e consecutivas, pelo sistema de amortização constante (SAC), à taxa de juros compostos de 10% ao ano, com a primeira prestação vencendo um ano após a tomada do empréstimo. Nessa situação, o total de juros a serem pagos para se quitar esse empréstimo será superior R\$ 11.500,00.

